

# **Mobilidade em espaço de fronteira: o caso da fronteira entre Paraguai-Brasil<sup>1</sup>**

## **Autores:**

Mariana Oeyen\*

Dimitri Fazito\*\*

## **Resumen**

Dentro dos debates que tem tomado espaço nas discussões sobre os movimentos migratórios observados na América Latina, se destacam os ligados ao aparecimento de novas dinâmicas de mobilidade, que acontecem entre países nas áreas de fronteira. A realidade das fronteiras internacionais registra uma mobilidade populacional muito intensa e diversa em suas características. Estudiosos das mobilidades assinalam as fronteiras como importantes cenários de deslocamentos populacionais. No MERCOSUL a contigüidade geográfica e a proximidade histórica e cultural facilitam os fluxos de pessoas entre os países.

A proposta deste trabalho é apresentar uma revisão teórico-conceitual e metodológica de modelos explicativos e tipologias adotadas para entender a mobilidade atual da população especialmente em uma unidade de referência ou área tão dinâmica como é a fronteira, além de apresentar uma proposta de tipologia das mobilidades e suas hierarquias funcionais para um exemplo empírico na área de fronteira entre Paraguai e Brasil a partir dos dados censitários e dos trabalhos qualitativos.

**Palavras clave.** - mobilidade, fronteira, migração, população.

## **Introdução e área em estudo**

A fronteira internacional entre Brasil e Paraguai estende-se desde Foz do Iguaçu, no Paraná, até Corumbá, em Mato Grosso do Sul. Atravessa uma variedade de territórios, percorrendo desde grandes áreas urbanas até desertos inóspitos e áreas alagadas. Começa no Marco das três fronteiras e termina no Pantanal. Para o Paraguai a fronteira com Brasil é das mais ativas, com a presença de inúmeros pontos de comunicação, dotada de uma malha de

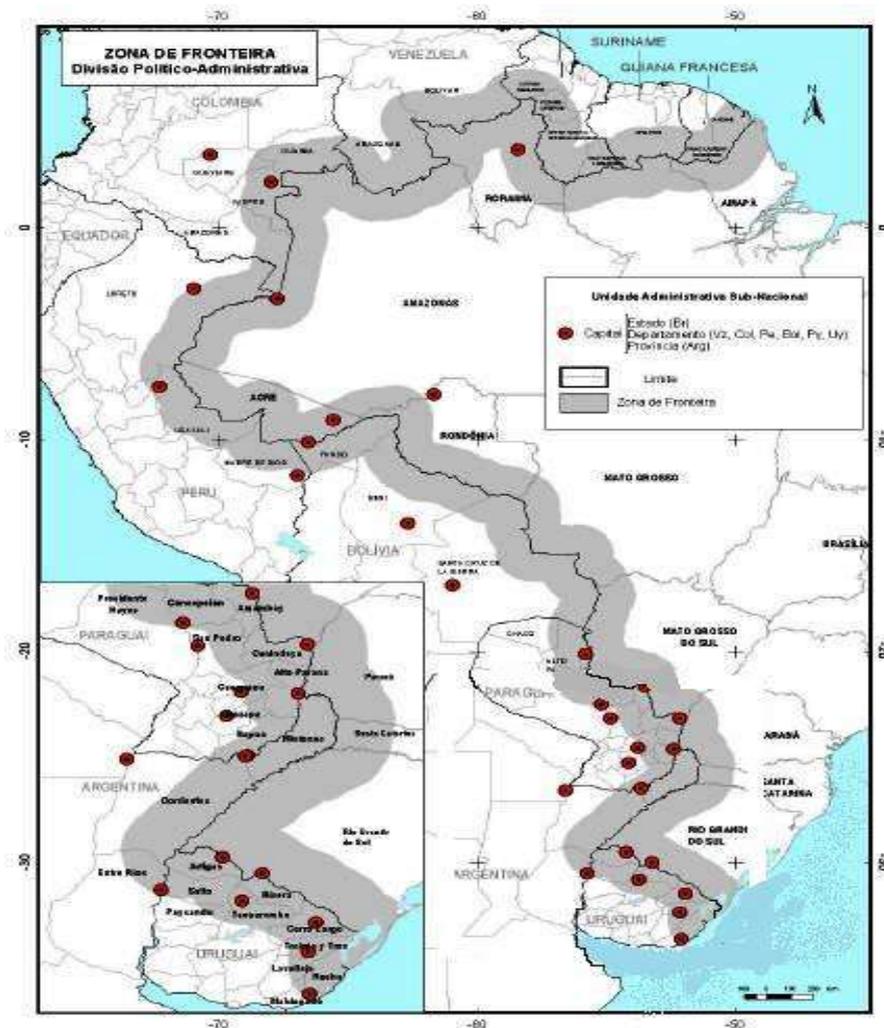
---

<sup>1</sup> “Trabalho apresentado no V Congresso da Associação Latinoamericana de População, Montevideo, Uruguay, de 23 a 26 de outubro de 2012”.

\* Doutoranda em demografia pelo Cedeplar/UFMG. Email: [oeyen@cedeplar.ufmg.br](mailto:oeyen@cedeplar.ufmg.br).

\*\* Professor Doutor e Pesquisador do Cedeplar/UFMG. Email: [fazito@cedeplar.ufmg.br](mailto:fazito@cedeplar.ufmg.br)

cidades variada e integrada internacionalmente, com cidades maiores e um intercâmbio mais intenso (legal e ilegal) entre os países e as populações da fronteira. No segmento Sudoeste do Brasil, a presença de várias cidades com mais de 100 mil habitantes, e a melhor articulação dos espaços viários entre os países vizinhos permitem uma maior integração e fluxos mais intensos de pessoas e mercadorias. As cidades de Porto Murtinho (13.230 hab.) e Ponta Porã (60.966 hab.) na fronteira entre o estado do Mato Grosso do Sul e o Paraguai, articuladas por estradas com a região polarizada por Dourados (164.674 hab.), constituem-se em pontos estratégicos das rotas de entrada e saída do país e comunicação com o Paraguai.



**Figura 1:** Zona de fronteira. Divisão Político-Administrativa, Brasil

Fonte: Grupo Retis, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/mapas.htm>.

Acesso em: 20 de setembro 2010

No período anterior ao colonial estas regiões foram habitadas por indígenas que percorriam indistintamente os territórios do Sul do Brasil, norte da Argentina e a Região

oriental do Paraguai. Já nos finais do século XVII (1888) deram-se - com a instalação da colônia militar de Iguazu - os primeiros povoamentos de origem branca. Durante o período entre a Guerra da Triple Aliança<sup>2</sup> (1864-1870) até finais dos anos 50, a região Oriental se caracteriza por estar organizada em grandes latifúndios, maiormente em mãos de capitais estrangeiros, onde os povoadores eram grupos de camponeses semi-assalariados, concentrados principalmente no departamento de Alto Paraná (Salim, 1999). O verdadeiro início do processo de povoamento da faixa de fronteira é lançado, pelo Brasil e pela Argentina, após a Guerra do Paraguai, estabelecendo postos em localidades estratégicas de importância geopolítica para ambos os países, como por exemplo, a confluência do rio Iguazu com o rio Paraná. Processo que cresceu de maneira modesta até meados de 1940. (Amaral, 2007).

Segundo Albuquerque (2010) a presença de brasileiros no Paraguai data do final dos anos 50 e responde as estratégias geopolíticas de aproximação entre o Brasil e o Paraguai. Favorecendo assim a entrada de muitos brasileiros no território paraguaio. Segundo o autor “o que existiu foi uma junção de um processo espontâneo de deslocamento populacional devido à concentração da propriedade nos estados do sul do Brasil, com os interesses geopolíticos dos governos, brasileiro e paraguaio, em controlar e desenvolver a região oriental do Paraguai.” (2010, p.64) Uma primeira fase corresponde à distribuição de terras - principalmente a grandes colonizadoras estrangeiras – situação que desarticula os camponeses anteriormente arraigados na região, expulsando-os. Esta primeira etapa marca o início da migração brasileira para o país vizinho. Distinguida por serem os segmentos mais pobres da população brasileira, oriundos das regiões norte e nordeste do país, os que chegaram ao Paraguai para desempenhar tarefas de desmatamento. Esses imigrantes conheceram relativa estabilidade até o final dos anos 60.

Um segundo momento, ao final da década de 60, se deu quando o contingente populacional na região oriental do Paraguai aumentou rapidamente. Aquele crescimento está intimamente ligado às migrações internacionais e a progressão da fronteira agrícola, sobretudo a brasileira. Essa década se caracteriza pelo aumento da população suscitando “a transformação econômica da fronteira agrícola do país” (Salin, 1995, p.148). Na segunda metade da década de 70 e início dos 80, incorpora-se uma nova categoria de migrantes

---

2 A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul. Ela foi travada entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, composta por Brasil, Argentina e Uruguai. A guerra estendeu-se de dezembro de 1864 a março de 1870. É também chamada Guerra da Tríplice Aliança (Guerra de la Triple Alianza), na Argentina e Uruguai, e de Guerra Grande, no Paraguai.

brasileiros: os assalariados agrícolas sem terras nem contratos fixos, famílias de arrendatários, empregados rurais e pequenos proprietários agrícolas brasileiros chamados posteriormente de brasiguaios.

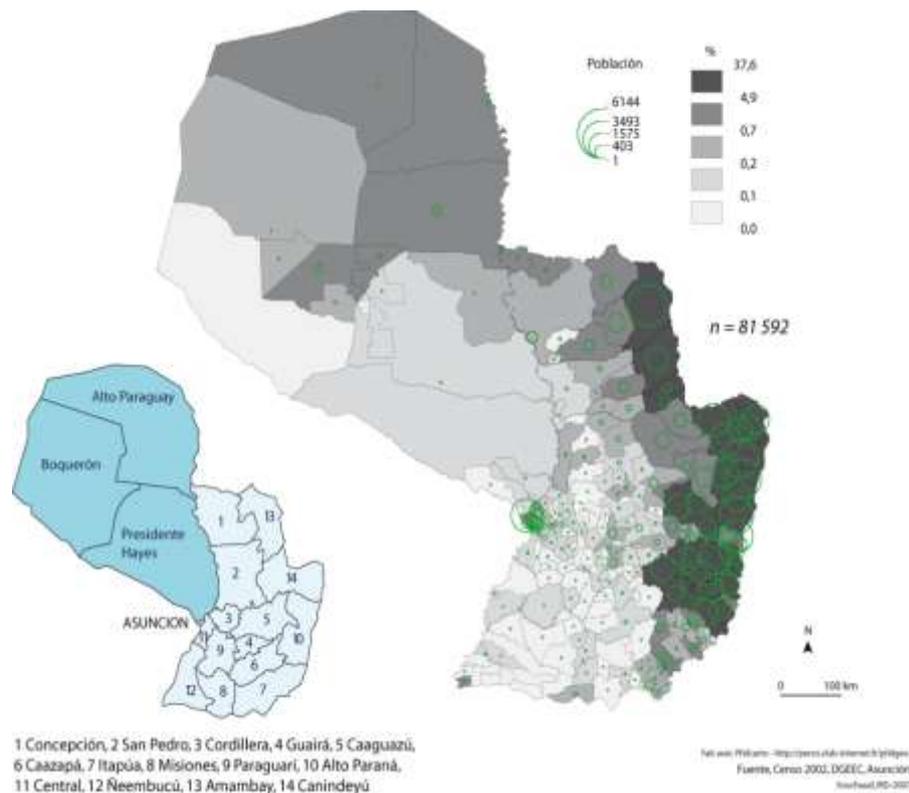
Apresenta-se um terceiro momento unido ao início da construção e atividades da Hidrelétrica de Itaipu, especificamente no período da formação do reservatório; circunstância que muda novamente o cenário da região tanto na estrutura fundiária como produtiva. A desapropriação e posterior inundação de 135 hectares deixa vários camponeses sem terra (Salim, 1995, p.152). Conforme Palau & Heikel (1987) só um 20% dos deslocados retornaram a seus lugares de origem, quedando um excedente condicionado ao mercado de trabalho regional, impulsionando novos fluxos de curta e meia distância. A essa situação soma-se a recessão da década dos oitenta, que combinada ao aumento de brasileiros sem a posse de título legal da terra ou mesmo sem acesso a terra nenhuma conforme concluíram os contratos de arrendamento, enraíza a crise social. É nesse contexto que mais de 1000 famílias voltaram de forma organizada ao Brasil.

Com o retorno à democracia, em 1989, as reivindicações até então reprimidas, começaram a se fazer ouvir. Conforme Souchaud (2007) milhares de imigrantes voltaram para o Brasil, enquanto outros brasileiros, principalmente jovens do estado do Paraná, continuavam se dirigindo ao país vizinho atraídos pela possibilidade de trabalho nos setores comercial e de serviços nas pequenas cidades paraguaias colonizadas por brasileiros incentivados pela nova política de redução das taxas de impostos a importação e re-exportação de produtos industrializados. Desde esse momento se viu modificado novamente o contexto econômico e migratório da fronteira, iniciando-se a última e mais recente das fases de migração e mobilidade identificada na região da fronteira oriental do país.

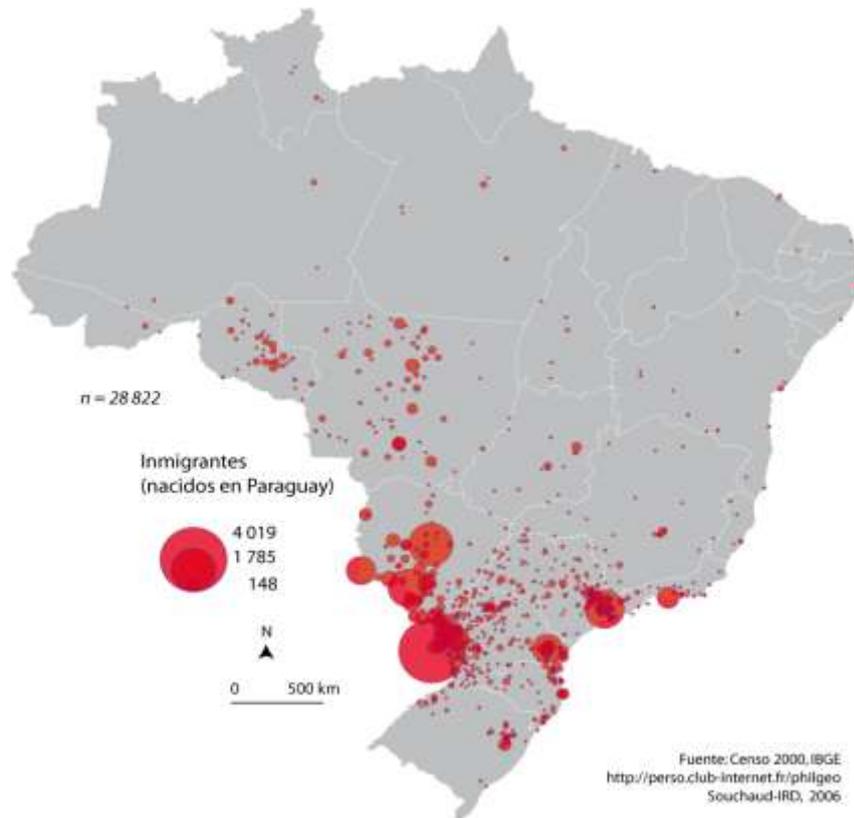
Estudos mais recentes sinalam que é possível identificar outros movimentos populacionais além dos que não envolvem mudança de residência. Assim, outra a migração a mobilidade que diariamente experimentam brasileiros e paraguaios nas zonas de fronteira é motivada por uma variedade de fatores. Esses deslocamentos quotidianos, muito peculiares, resultam da mobilidade populacional aos países vizinhos cuja estrutura produtiva é favorável à geração de empregos (Marques, 2009) ou a oferta de serviços (saúde, educação, etc.) complementa ou supre a existente no seu lugar de residência. Neste caso, são as cidades as que se constituem em pólos de atração, onde o comércio e o setor de serviços polarizam muitos paraguaios e brasileiros do outro lado da fronteira, mas, desta vez, são principalmente

comerciantes e prestadores de serviços que se instalam ou deslocam diariamente para desenvolver sua atividade econômica.

Por outro lado, embora seja um volume bem inferior ao dos brasileiros no Paraguai, o estoque de paraguaios no Brasil ocupa a primeira posição no conjunto dos estrangeiros latino-americanos no Brasil. (Baeninger, 2005) Segundo a bibliografia especializada com relação à distribuição espacial desses migrantes, nota-se um predomínio destes migrantes na área de fronteira (Ver Fig. 1 e Fig.2).



Souchaud e Vasquez (2009) assinalam que o caráter rural dessa migração produziu uma profunda transformação da região oriental do Paraguai, afetando visivelmente a paisagem, a agricultura e sobre tudo a estrutura territorial da faixa de fronteira, mas também de todo o país. Tomando a fronteira Paraguai - Brasil como âmbito específico de reprodução familiar, social e econômico autônomo em relação aos contextos nacionais e regionais.



**Figura 3:** População nascida no Paraguai por município de residência no Brasil em 2000

Fonte: Souchaud, S., do Carmo, L e Fusco, W, (2007).

Na atualidade a dinâmica da mobilidade populacional é dada principalmente graças à constituição do sistema de cidades fronteiriças, as que possuem lógicas próprias em sua organização. VASQUEZ (2008, p.308-9) explica que influenciadas pelos fluxos econômicos refletem o modelo de integração regional do Paraguai, principalmente com o Brasil. Ao longo da fronteira pode-se aferir que a população se concentra principalmente nas capitais administrativas dos departamentos e municípios que funcionam baixo uma forte relação de dependência econômica da dinâmica da fronteira. A desigualdade das trocas e as ganâncias que isso gera fazem com que essas cidades se constituam em importantes plataformas comerciais para os povoados no redor, a região e até os países limítrofes.

*“[...] em termos de fluxos econômicos as interações espaciais na zona de fronteira brasileira - platina derivam de duas ordens privilegiadas, ambas operantes em múltiplas escalas. Em primeiro lugar intervém uma lógica estrutural na qual o grau de complementaridade entre unidades geográficas com aptidões e produções diferentes, anima os diversos fluxos de pessoas, bens, serviços e informações tanto*

*visíveis (legais) como invisíveis (contrabando). De outro lado incide uma ordem conjuntural, representada por flutuações monetárias (câmbios), que engendram movimentos turísticos excepcionalmente grandes, e pela variação dos preços de produtos, principalmente agrícolas, que engendram uma oscilação na direção no movimento de cargas. Em resumo, os fluxos transfronteiriços são, em princípio oscilatórios, acompanhando o comportamento do gradiente financeiro e do gradiente comercial.” (PEBAYLE, 1994)*

Desta nova configuração territorial decorrem novas formas de mobilidade, majoritariamente urbana-urbana baseada no comércio. Albuquerque afirma que “*muitos apenas trabalham durante o dia no Paraguai, mas moram do lado brasileiro nas cidades de Foz do Iguaçu (PR), Ponta Porã (MS), Mundo Novo (MS). Existem também aqueles que passaram a viver permanentemente nestas localidades e se tornaram imigrantes.*” (2010, p.67) A dinâmica do comércio se estende às localidades colonizadas por brasileiros, onde seguem instalando-se comerciantes, prestadores de serviços e representantes de empresas brasileiras. A ativação destes fluxos econômicos fronteiriços se inscreve nas diferentes políticas desenvolvimentistas dos países do MERCOSUL. Especialmente Brasil e Argentina, que aplicaram altas taxas impositivas para proteger suas indústrias nacionais. O Paraguai, carente de projeto desenvolvimentista e com uma indústria insipiente procura incentivar o desenvolvimento do comércio e da prestação de serviços.

*Que modelos explicativos e tipologias podem ser adotadas para entender a diversidade de formas da mobilidade atual da população?*

### **Marco Teórico**

Pode-se verificar que os estudos sobre o deslocamento populacional de caráter não permanente - circular, pendular e sazonal, entre outros- não têm sido tão sistematizados quanto os da migração. Parece correto dizer que a pesquisa sobre mobilidade outra que a de mudança de residência tem sido muito fragmentada, concentrando-se em trabalhos empíricos sobre determinados tipos de movimento acontecidos em configurações espaciais e temporais específicas. Uma das causas pode ser devido a que foram considerados durante muito tempo como um vestígio pouco relevante frente aos movimentos que apresentavam mudança de residência permanente. Daí, por tanto, uma debilidade teórica evidente.

Dentre os teóricos da mobilidade Standing (1984) propõe -alem de uma tipologia de mobilidade - uma classificação interessante. O autor aponta a complexidade de conceituar a mobilidade dada quatro dimensões cruciais - territoriais ou espaciais, de residência, temporal, e mudanças nas atividades - que compõem o processo e combinado-as em formas diversas geram as tipologias de mobilidade. Seguindo o exemplo deste autor propormos duas categorias analíticas ou dimensões explicativas a partir das quais se organizará a discussão sobre mobilidade: (1) “Lugar”, (2) “Movimento”.

(1) “Lugar” Entendido como a relação espaço-tempo.

Segundo o mesmo autor (1984, p.32) a noção de mobilidade implica uma trajetória de um lugar a outro, o que sugere mudança de “área” geográfica e um deslocamento que se traduz em uma distância a percorrer e um tempo para fazê-lo. Como se constitui uma “área” de referência? Tradicionalmente é usada a divisão político administrativa de um país para delimitar “áreas” de estudo ou levantamento de informação, um exemplo disso são os censos e pesquisas demográficas na área de migração e mobilidade. Então, as áreas entre as quais os deslocados serão identificados como “migrantes” são determinadas de maneira arbitrária. Ou seja, em função a algum critério escolhido pelas autoridades ou pesquisadores na hora da delimitação.

Delimitar e definir tipos particulares de áreas é extremamente difícil porque as mesmas podem ser em um mesmo momento, similares ou diferentes segundo os critérios escolhidos, mas essa mesma área pode não mostrar a mesma unidade usando outros critérios de delimitação. O autor insiste -desde uma perspectiva analítica e de política pública- sobre a utilidade de definir uma área em função das variáveis de interesse, mesmo que seja uma tarefa particularmente difícil de alcançar. Seguindo esta idéia, foi escolhida a unidade de análise deste trabalho: a faixa de fronteira entre Brasil e Paraguai, território que tem uma natureza, uma singularidade e dinâmica própria que pode ajudar a entender diferentes tipos de deslocamentos populacionais que a transitam, ou atravessam e a relação entre eles.

Outro aspecto que consideramos importante da categoria lugar - emprestado de Standing - é o conceito de distância. Este conceito parece conter três elementos principais: (a) o geográfico, (b) o econômico e (c) o social. Das quais desenvolveremos com mais detalhe a primeira.

(a) Do o ponto de vista geográfico a maioria das classificações separam os migrantes em “deslocados” de curta ou longa distância ou ainda de maneira mais imprecisa como migrantes

rural-urbano, rural-rural, urbano-urbano, onde as distâncias que implicam estes deslocamentos podem ser muito incertas, deixando fora da contagem inúmeras formas de mobilidade.

Segundo Standing (1984, p. 33) a noção de migração implica deslocamentos para ficar num outro lugar o que aumenta a ambigüidade do que significa “ficar” num lugar e o tempo que dura a estadia. É sabido que muitos dos investigadores que se dedicam a estudar a migração fundamentam suas análises no conceito de mudança de residência, baseado nas informações disponíveis nos censos demográficos ou pesquisas. Essa perspectiva é restritiva de duas maneiras: Por um lado, limita os migrantes aos que se deslocaram “definitivamente” ou por um período de tempo relativamente longo excluindo todos os que se deslocaram por períodos curtos. A pergunta que se impõe aqui é se estamos nos referindo ao lugar onde o individuo passa a maior parte de seu tempo, ou ao lugar que o individuo considera como sua residência? Por outro lado, restringe-se a contagem de todos os indivíduos que declaram residências múltiplas ou não registram nenhuma, como os nômades ou migrantes permanentes. Ainda assim, os censos - mesmo que tenham limites e falhas - se constituem em uma ferramenta de trabalho essencial para o estudo das migrações.

Para um de seus trabalhos Skeldon (1977 apud Standing, 1984, p. 33) apresenta uma definição que nos ajuda a pensar numa outra forma de abordar a mobilidade:

*“a migração de curta distância é um movimento dentro da esfera de influência da capital departamental mais próxima, e os movimentos de longa distância são pontos fora da área”.*

Assim o autor, pensando a relação entre as variáveis distância e espaço incorpora a idéia de área ou esfera de influencia. Nessa mesma linha Courgeau (1988) preocupado com a importância do papel que jogam as mudanças da repartição espacial da população sobre a economia e outros aspectos da vida social manifesta à urgência e a necessidade de revisar os métodos de apreensão e medição da mobilidade espacial. Salientando que não é possível entender verdadeiramente os problemas da repartição espacial da população sem incorporar todas as formas de mobilidade na reflexão, tanto as definitivas quanto às temporárias. Segundo este autor, os diversos tipos de mobilidade formam parte de um sistema que permite através das trocas de população realizar uma projeção sobre outros espaços das relações familiares, econômicas, políticas que existem em cada sociedade. Conseqüentemente, propõe definir o termo “mobilidade” da forma mais ampla possível, deixando claro que a migração constitui *“a ínfima parte visível de um iceberg onde todas as formas de mobilidade estão ocultas por trás de uma definição muito estreita”* (1988, pag.2).

Partindo da definição de migração entendida como “deslocamentos que envolvem uma mudança no local de residência habitual e implica em movimento para além de uma fronteira administrativa, o autor revisita o critério de residência, e propõe o de *espaço de vida*, com um caráter mais abrangente (1975, Quarto Colóquio de Demografia Africana apud Domenach e Picouet, 1990, p.49) o qual define como “a porção do espaço onde o indivíduo exerce suas atividades“, relacionando o conceito de espaço de vida (life space) com o conceito de residência base (home base). Neste sentido, o fato de que uma pessoa desloque-se para morar num outro lugar não corresponde a uma mudança de residência, mas a um uso do espaço de vida. Essa nova relação de conceitos permite incorporar vários tipos de fluxos que não estavam contidos no conceito de mudança de residência. A mudança radica no lugar de referência, o qual adquire uma flexibilidade inclusiva. Em outras palavras, a flexibilidade da nova noção abrange as diversas variedades de situações que se relacionam ao tipo de deslocamento e suas modalidades.

Domenach e Picouet (1990) trabalham igualmente sobre o problema da seleção dos critérios discriminantes na análise das migrações. Consideram criticamente o conceito de mobilidade espacial e desenvolvem uma tipologia de mobilidade a partir da noção de espaço de vida, apresentado por Courgeau (1988). O conceito -que é tomado como substituto do de residência - é definido pelos autores como “o território onde o indivíduo desenvolve suas atividades o que responde à rede das relações ou acontecimentos na sua vida familiar, social, econômica e política”.

Em relação ao anteriormente exposto parece correto dizer que a residência habitual deixa de ser um ponto no espaço para passar a ser uma área constituída por diversos pontos de interação cotidiana ou periódica. Fundamentando-se no que foi exposto acima é possível afirmar que a mudança de residência seria diferente da mudança de habitação. Se a mudança de habitação não muda o espaço de vida, não será realmente uma mudança de residência. A multiplicidade de situações que se geram no “espaço de vida” ocasiona dificuldades na hora de operacionalizar o conceito em termos quantitativos. Daí, portanto, os autores propõem uma definição mais funcional, a saber, residência base, com um sentido mais amplo de residência fixa; “residências múltiplas” (entendidos como lugares de atividade para o trabalho, a expansão social ou familiar) ou mesmo área de ação a partir da qual se operam os deslocamentos. O conceito também é definido pelos autores como “o lugar ou conjunto de lugares a partir do qual os deslocamentos têm uma probabilidade de retorno maior, qualquer

que seja a duração da estadia em outro lugar, tudo isso durante toda a vida do indivíduo” (Domenach e Picouet, 1990, p.55).

A partir desses conceitos podem-se distinguir três grandes grupos de movimentos: i) uma mobilidade transitória ao interior do espaço de vida; são aqueles deslocamentos que se exercem entre os diferentes lugares que constituem a residência base: lugar familiar, lugar de trabalho, lugares para outras atividades (férias, negócios, missões oficiais); ii) a mobilidade temporária ao exterior do espaço de vida (ausência temporária de duração variável sem intenção de residir num outro lugar), são aqueles deslocamentos que se realizam fora da residência base e implica num retorno, qualquer que seja a duração da ausência (que vai de alguns meses a vários anos)e,iii) finalmente, os movimentos que geram mudança definitiva do espaço de vida com mudança de residência, aqueles que não resultam num retorno, seja pela constituição de uma nova residência de base ou bem porque são movimentos sucessivos sem referência a nenhuma residência base

Desta maneira, revendo a noção de residência de base, os autores introduzem uma análise mais abrangente da noção de espaço de vida, a discussão da reversibilidade dos fluxos migratórios. A partir dessa noção de residência base os autores sugerem que os fluxos migratórios podem ser reversíveis ou irreversíveis. Em outras palavras, aqueles movimentos que se efetuam fora da residência base podem por sua vez se classificar de acordo com a probabilidade de retorno ou não a ela.

Voltando ao conceito de distância de Standing (1984, p.33), recuperam-se os seguintes:

(b) O conceito de *distância econômica* abraça os movimentos entre centros de mercados, ou centros de produção, ou centros de indústrias específicas ou ocupação especializada. Na maioria das análises estão centradas nos de deslocamentos entre mercados de trabalho, mas o que é indispensável aceitar que as fronteiras desses mercados são conceitualmente fracas e empiricamente arbitrárias. No abstrato o critério de distancia econômica se basearia nos custos e disponibilidade de comunicação, informação e redes de transporte.

(c) O conceito de *distância social* apresenta dificuldades de aplicação empírica, mas é muito importante analiticamente. Ele pode ser usado para categorizar tipos de deslocamentos que impliquem “separações” físicas, isto envolve primeiramente o círculo familiar e de vizinhança, uma segunda separação seria do grupo étnico ou de qualquer outro grupo apresentando características específicas ao qual pertença. Desde um ponto de vista sociológico ou psicológico, as distinções dos deslocamentos estariam dadas entre os que

preservam algumas homogeneidades sociais no processo migratório frente aos que envolvem o que poderia chamar-se de uma quebra cultural.

## (2) O “Movimento”

Na busca de alternativas as formas tradicionais de observar as migrações, surgem aportes que apreciam múltiplos tipos de deslocamentos e suas modalidades de duração, periodicidade e seqüências. Courgeau (1988) organiza a tipologia de mobilidade numa sorte de hierarquia de conceitos que vão se encaixando uns nos outros. Partindo do conceito de residência para chegar ao de espaço de vida que reúne em dois grandes grupos. O primeiro organizado sobre o suposto de que cada indivíduo ou grupo familiar esteja ligado a cada instante da sua vida a um único lugar onde as mobilidades são definidas como a passagem de um lugar a outro, onde: i) A migração vista como mudança de residência; ii) A mobilidade temporária e migração percebida como mudança de moradia. Nestes casos se segue uma trajetória única no espaço e no tempo, o que possibilita reagrupar a pessoas que tenham percorrido durante um período a mesma trajetória (identificação dos fluxos) ou indivíduos passando em momentos específicos pelos mesmos lugares (estoques). O segundo grupo, mais vinculado com a mudança do espaço de vida e a implantação espacial de um grupo: essas mudanças são definidas como a modificação na localização de certo número de pontos conectados dentro de um “espaço de vida”, e compreende as seguintes categorias: iii) a mobilidade individual ou mudanças de espaço de vida e; iv) a mobilidade espacial de um grupo familiar. Nesse caso é uma série complexa de trajetórias as que podem ser seguidas, onde alguns ramos de trajetórias podem sumir ou surgir em qualquer instante.

Domenach e Picouet (1990) organizam a sua tipologia ao redor do conceito de reversibilidade dos fluxos migratórios. A partir dessa noção de residência base os autores sugerem que os fluxos migratórios podem ser reversíveis ou irreversíveis. Em outras palavras, aqueles movimentos que se efetuam fora da residência base podem por sua vez se classificar de acordo com a probabilidade de retorno ou não a ela. Os *fluxos reversíveis* remetem a uma residência base determinada, tomando sempre um mesmo ponto de partida. A condição é que ainda que se operem sucessivos deslocamentos fora da residência base, sempre se retorne à mesma. Quando a estada for de longo prazo ao exterior da residência de base, o indivíduo poderá ter mais de um lugar de moradia, classificado como “residência exterior” em relação a uma “residência base”. Essa residência exterior pode ser por sua vez sede de movimentos temporários. Estes tipos de fluxo podem ser: i) de longa duração; ou ii) esporádicos. Na

mobilidade contemporânea, vários fluxos são deste tipo. No entanto se diferenciam dos acontecidos em períodos anteriores em dois pontos essenciais:

Não dependem necessariamente de uma estrutura específica dada, se não mais bem de uma conjuntura dada da qual a apreciação está dada por diferenciais dos mercados de trabalho locais, regionais e internacionais e também pela instabilidade de mercados financeiros,

Estão marcadas por uma forte instabilidade que se manifesta no tempo, onde as durações podem ser muito variadas; e no espaço, dado que os lugares de acolhida são eleitos segundo a oferta de trabalho, perspectiva de um ganho melhor, ou outras motivações financeiras ou profissionais, cuja função muda as condições.

O caráter ocasional desses fluxos cobre de fato a adaptação da capacidade de migrar (potencial demográfico, familiar, profissional das comunidades de origem) com as potencialidades dos mercados de trabalho exteriores e uma ampliação do espaço migratório tradicional.

No caso dos fluxos *irreversíveis*, os novos assentamentos realizam-se sem referência à antiga residência, a qual “já não intervém no sistema de reprodução familiar e socioeconômico do grupo emigrado” (Domenach e Picouet, 1990, p.56). Neste caso, em que a probabilidade de volta se faz nula, se produz um traslado para uma nova residência base o que corresponde com a definição da migração em sentido estrito, tal como é entendida em sua definição tradicional. Este tipo de fluxo pode ser: iii) fluxos irreversíveis provocados, iv) fluxos irreversíveis voluntários. Os autores fazem menção de algumas constantes percebidas entre as populações afetadas por este tipo de deslocamento, sobre todo quando se trata de deslocamentos coletivos:

A correlação com a idade é menos evidente que na maior parte dos movimentos migratórios.

O fenômeno é igualmente irreversível para as segundas gerações.

Por último, os autores salientam a importância da introdução da noção de reversibilidade, que permite destacar algumas características novas da mobilidade contemporânea, em particular toda aquela que diz respeito a convivência em variadas residências e lugares de residência, a extensão dos chamados “espaços de vida” e a introdução de seqüências de tempo aleatórias nos itinerários seguidos, situações muito frequentes nas áreas de fronteira.

Numa tentativa de identificar categorias de mobilidade, Standing (1984, p.38) classifica os migrantes em cinco categorias de mobilidade segundo os critérios anteriormente definidos:

TABELA 1  
Tipologias de mobilidade.

<b>Migrantes permanentes ou "transilients",</b>	Nômades Gatherers (caçadores e coletores) Wanderers (andarilhos) Migrantes do trabalho
<b>Migrantes temporários,</b>	Pendulares (ou commuters), Circulares Migrantes de ciclo de vida "life-cycle"
<b>"Transfers" ou em trânsito</b>	
<b>Migrantes de longo prazo</b>	Migrantes por trabalho First-time movers multiple movers Migrantes de retorno Outros migrantes de longo prazo.
<b>Não migrantes.</b>	Residentes comprometidos Residentes indecisos Migrantes Potenciais

Fonte: STANDING (1984)

1. *Migrantes permanentes* contempla aos indivíduos que deslocaram sua atividade de lugar, mas o deslocamento não pode ser considerado como mudança de residência porque são grupos que não tem uma residência habitual. Os principais representantes são nômades, caçadores e coletores, andarilhos, migrantes econômicos.

2. *Migrantes temporários* inclui aos que deslocam as suas atividades, mas não a residência habitual.

- Pendulares alguns autores restringem o conceito de pendularidade aos movimentos diários para trabalho e estudo desconsiderando os deslocamentos pendulares que acontecem em períodos um pouco maiores as 24 horas como a procura por saúde e comércio, entre outros.
- Circulares são os indivíduos que saem de casa para trabalhar ou realizar outras atividades em um período de trinta dias sem ter mudado de residência. De acordo com o ponto de vista de, os movimentos circulares se dariam a partir de uma residência base, o que nem sempre é verdade, salvo que se estabeleça que a permanência por um

mínimo de espaço de tempo em um determinado lugar caracterize este espaço como base para o novo deslocamento (.

- Migrantes de ciclo de vida, referem aos jovens nas sociedades pré-industriais deixaram sua aldeia natal aproximando da idade adulta, a fim de ganhar experiência e para garantir seu status social no lugar de origem após o retorno. Esta migração tem sido feito como um rito de passagem.

3. “*Transfers*” ou em trânsito corresponde às pessoas que mudam sua residência, mas mantêm a atividade. Esta categoria foi pensada mais especificamente para analisar mercados de trabalhos.

4. *Migrantes de longo prazo* agrupa as pessoas que mudam de residência e a sua atividade habitual por um período prolongado.

5. *Não migrantes*, esta última categoria de mobilidade engloba as pessoas que não tem mudado nem de residência nem de atividade.

E importante mencionar que nos países em desenvolvimento, esta separação manifesta um dualismo que merece ser mencionado. Por um lado é a segurança associada com o lar ou lugar natal através do acesso a terra e outros recursos locais. De outro lado, oportunidades mais difundidas e riscos associados que envolvem lideranças locais e religiosas, parentes, itens para troca entre outros impulsionam a saída. Parece correto dizer, então, que a circularidade implica trocas de indivíduos e grupos pequenos entre lugares (de origens e destino) que freqüentemente diferem em tamanho e função (povoados -cidades ou centros regionais - cidades centrais). Distinguem de maneira esquemática, e essencialmente para o terceiro mundo, quatro tendências capitais nos diferentes modelos de análises dos fluxos alternantes estudados desde os anos 60:

1. Circulação como resposta à modernização

Em sua "Hipótese da Transição da Mobilidade" Zelinsky (1971, p.222) chamou a atenção para o significado dos movimentos circulatórios. O estudioso argumenta que existem padrões no crescimento da mobilidade pessoal através do tempo e do espaço ao longo da história recente, sendo que essas regularidades constituem um componente essencial do processo de modernização. Explicitando que a sociedade passaria através de quatro fases unilineares na experiência da mobilidade: i) pré-moderno tradicional; ii) Transacional antecipada; iii) transacional tardia e ; iv) avançada. Durante sua transformação de uma subsistência

tradicional a um estado urbano-industrial, no curso do qual ali aparece “uma aceleração vigorosa da circulação”.

Alguns autores criticam a Zelinsky, e manifestam que não há uma seqüência aplicável a todas as sociedades, explicando que a maneira na qual as relações se manifestam no comportamento da mobilidade depende muito da sociedade. Zelinsky (1979) contrapõe que a mobilidade (ou “circulation”) é sintomática dos problemas do subdesenvolvimento, o que dá a elas um caráter permanente com algumas complexidades e variações, o quanto perdurar o subdesenvolvimento. (Chapman e Prothero, 1985)

## 2. Circulação em seu contexto social de referência

Numerosos estudos têm documentado a relação variada entre as comunidades de origem e destino, que pode ser tão intensa que as estruturas sociais chegam a ser bi ou multi-locais. A variada localização das aldeias entre as quais os indivíduos se deslocam se tornam uma extensão sócio-espacial do lugar de residência.

## 3. Circulação como meio de melhorar o bem-estar familiar sem se arriscar

A circulação relacionada com a produção no campo está relacionada com as expectativas dos domicílios rurais de maximizar o bem estar da família e diversificar riscos relacionados à produção da unidade familiar no espaço domiciliar. As famílias rurais têm oportunidades ótimas de minimizar os riscos, especialmente quando eles continuam a produzir uma boa parte da sua alimentação de base, sustentado num sistema de reciprocidades. No mundo das incertezas, uma estratégia das famílias rurais é de manter a maior quantidade de opções possíveis. Isto não seria compatível com a escolha de um emprego assalariado ou fixo. A migração temporária ou circular representa uma opção clara a migração definitiva.

## 4. Circulação como resultante da penetração do capitalismo em sociedades tradicionais.

A penetração do capitalismo em sociedades rurais e indígenas ocasionou um aumento das demandas locais por dinheiro e bens. Isto deixa opções limitadas aos adultos na hora de aprovisionar o lar. Fazendo-os participar do sistema de mobilidade temporária.

## **Singularidade das mobilidades na fronteira entre Brasil-Paraguai**

A singularidade do sistema Brasil-Paraguai manifesta-se em vários aspectos. Em primeiro lugar, nas motivações para a emigração de brasileiros para o Paraguai. Assume-se o pressuposto de que os imigrantes brasileiros no Paraguai, em seu caráter de imigrante, fazem

uma comparação entre os níveis de utilidade entre o lugar de origem e os de possível destino, pensado a “utilidade” no sentido mais amplo do termo, ou seja, sobre os fatores materiais (possibilidade de compra de terras ou de arrendamento, trabalho ou poder de compra) e ou imateriais (aceitação social conduta cultural e idioma). Dos fatores mencionados, os econômicos vão à dianteira e levam a marca da “abertura” do mercado paraguaio e da falta de regulamentação nos diversos âmbitos da vida econômica do país o que permitem o comércio de fronteira e a compra por parte de estrangeiros de grandes extensões de terra.

Dentro das especificidades dos deslocamentos que acontecem na fronteira entre os dois países notamos também que a migração internacional é de curta distância, onde a proximidade e a integração com Brasil jogam um papel importante. A mobilidade opera nas duas fronteiras, maiormente na seca com o estado de Paraná, mas também está presente na fronteira úmida com Mato Grosso do Sul. Esta hierarquia prevalece até a atualidade em função da integração dos espaços fronteiriços com cada estado brasileiro. O estado de Mato Grosso do Sul dispõe de poucas conexões físicas com o Paraguai contrariamente ao estado de Paraná.

A possibilidade de reposicionamento na escala social também joga um papel importante a continuidade desta mobilidade:

*“Os imigrantes brasileiros, que conseguiram ascender socialmente ao longo das últimas décadas, controlam setores importantes da economia, da política e da cultura local em algumas cidades paraguaias (Santa Rita, Santa Rosa de Monday, Naranjal, San Alberto, etc.). A partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980, ampliam-se os processos de mecanização e de concentração da propriedade da terra nessa faixa de fronteira. Uma família de agricultores podia aumentar o plantio sem necessitar contratar mais mão-de-obra. Nesse contexto, aumentam as compras de terra aos camponeses paraguaios e aos pequenos produtores brasileiros. A pequena produção diversificada e de subsistência (milho, mandioca etc.) passa a ser substituída pelo plantio de soja. Nesse processo, começam os deslocamentos de camponeses paraguaios e brasileiros para outras frentes agrícolas no interior do Paraguai e para as periferias das cidades de fronteira.” (ALBUQUERQUE, 2009, P.143)*

É relevante salientar a posição dos pontos de origem e destino dos fluxos. Grande parte dos brasileiros que se dirigiram para o país vizinho era oriunda dos estados do sul do

Brasil e se direcionaram para a região oriental paraguaia, mas a presença de imigrantes do nordeste do Brasil e o Estado de Minas Gerais evidenciam uma migração por etapas, que se inicia no país de origem, sem obrigatoriamente estar desejada como uma migração internacional.

*“Os migrantes brasileiros no Paraguai vieram predominantemente dos três estados do sul do Brasil: Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. (...) Os brasileiros no Paraguai fazem parte de dos amplos processos migratórios no interior do Brasil: um movimento vindo do Rio Grande do Sul em direção a santa Catarina, Oeste do Paraná e mato Grosso do Sul; outro fluxo vindo dos estados do Nordeste e de Minas Gerais em direção ao Estado de São Paulo e depois para o Norte e Oeste do Paraná. Essas migrações são fundamentalmente compostas por famílias de camponeses”* (ALBUQUERQUE, 2010, P.72-73)

Aliado a isso, temos as características socioeconômicas dos imigrantes brasileiros. A mesma se revela muito diversa num período de tempo curto. PALAU (2005) apresenta uma caracterização destes migrantes tomando como critério o acesso à terra e à sua posse. O autor propõe quatro grandes grupos:

- Uma **burguesia agrária**, relativamente capitalizada, proveniente dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Este grupo está estabelecido na Região do Alto Paraná, Canindeyú desde a primeira metade da década de 70. Seus integrantes são, em regra geral, proprietários de 100 ou mais hectares e constituem hoje em dia um segmento da agricultura *farmer*.
- Um segundo grupo é constituído por **agricultores médios** temos quais possuem título da terra que ocupam de entre 20 e 100 hectares, sem uma capitalização importante, ainda que os trabalhos se encontrem em sua maior parte mecanizados.
- Um terceiro grupo de importância numérica relativa é o de **arrendatários**, modalidade relativamente extensa na agricultura brasileira, está constituída por migrantes capitalizados, porém sem título da terra. Com fins comerciais, cultivam exclusivamente para a venda.
- Finalmente, os ocupantes sem título da terra e/ou assalariados agrícolas, normalmente verbais em terras de fazendeiros.

Além disso, existe uma quantidade de brasileiros que só recorre ao Paraguai em períodos de safras, são denominados *trabalhadores sazonais*. À classificação mencionada, é imprescindível acrescentar uma quinta categoria, de tipo urbano que é a dos *comerciantes* ou *vendedores de serviços* que se integram à periferias urbanas na fronteira ou cidades satélites das mesmas.

Por último a formação de uma **comunidade transnacional**<sup>3</sup>. O migrante brasileiro revela sua condição transnacional na medida em que participa de uma pluralidade de redes as quais vinculam ambos os lados da fronteira. Nesse processo, as redes de relações sócio-geográficas evidenciam como a dinâmica de imigração brasileira transgride os limites formais se projetando para além das fronteiras, desconhecendo muitas vezes os limites internacionais. As redes mais conhecidas são as econômicas que se reproduzem há muito tempo em ambos os lados da fronteira, implicando o comércio de diversos produtos. Mas também as redes de parentesco, os laços afetivos são mantidos entre os migrantes brasileiros e seus familiares, que facilita o uso de serviços e usufruto de certos benefícios ligados a previdência gerando assim fluxos temporários bastante intensos ao longo da fronteira.

### **Tipologias de mobilidade e migração populacional na fronteira Paraguai Brasil**

A literatura especializada sobre a temática de fronteira abordada parece concordar a respeito do aspecto heterogêneo da mobilidade no território fronteiriço, o acelerado processo de urbanização decorrente desta dinâmica e, a mudança de atividades econômicas orientada ao comércio e serviços, muitos dos quais estão altamente ligados a produção agropecuária. Um esboço de classificação da mobilidade identificada na faixa de fronteira foi feito a partir desta leitura e sobre a base dos critérios discriminantes propostos por Courgeau (1988), Domenach e Picouet (1990). Desde o momento que a tipologia é apresentada como tentativa por que o análise das fontes de dados disponíveis sobre mobilidade para a faixa de fronteira Brasil – Paraguai evidenciam informação sobre uma só das formas de mobilidade espacial da população, sem cobrir as outras: As migrações internacionais denominadas dentro da tipologia apresentada como os *fluxos irreversíveis*. Com a evolução das formas de mobilidade espacial, especificamente com o desenvolvimento das formas de mobilidade mais temporais esses dados se tornaram insuficientes. Em suma, a informação proporcionada pelo sistema de

---

3 Transnacionalismo entendido como formas de organização e identidade que não esta limitada pelas fronteiras nacionais.

produção de dados sócio-demográficos (DGEEC, IBGE) pode ajudar no processo de avançar no conhecimento de certos deslocamentos que jogam um papel importante ainda que não exclusivo, na dinâmica demográfica da faixa de fronteira. Entretanto é impossível conseguir, com esses dados, um análise profunda do sistema de mobilidade da população na faixa de fronteira.

Por outro lado, numerosos estudos sobre a migração internacional e mobilidade entre Paraguai e Brasil têm sido desenvolvidos nas ultimas três décadas, entre os que se destacam os estudos de Albuquerque (2005; 2010), Castillo (2009), Dutra & Goettert (2007), Farret (1997), Márques (2009), Sprandel (1992), Palau (1987; 1992; 1995b), Pereira (2002), Salim (1995), Santa Bárbara (2001), Souchaud & Carmo (2006), Souchaud (2007) entre tantos outros. Esses trabalhos, geralmente têm utilizado como fonte de informação os censos demográficos, ou desenvolvido pesquisas de caráter qualitativo que mesmo que não tinham tido como objetivo principal o estudo da mobilidade, serviram para evidenciar múltiplos tipos de mobilidade.

Como já fora mencionado anteriormente, os estudiosos das praticas espaciais da população, têm estudado as migrações a través da variável da residência, ou seja, o lugar onde a pessoa “acostuma a habitar”. De fato a residência é a base do reconto da população é sobre ela se fundamenta a definição demográfica da migração. Isso explica que durante muito tempo, tanto dados, interpretações e tentativas de teorizar a mobilidade por parte dos demógrafos se referiram somente aos deslocamentos que implicavam uma transferência de residência, isto é, às migrações. Reconhecendo o caráter múltiple dos deslocamentos dos indivíduos entre os diferentes sítios com os quais tem estado ou entra em relação conduz a noção de *espaço de vida* onde o espaço residencial e de trabalho são essenciais. Mesmo se o conceito de espaço de vida marca um avanço real na conceitualização da mobilidade ainda apresenta algumas dificuldades na hora de integrar todos os espaços aonde os indivíduos circulam. Para resolver isso um novo conceito mais amplo e mais operacional foi proposto: o de *residência de base*<sup>4</sup>. Segundo exista ou não uma referencia a uma residência de base, os fluxos podem ser reversíveis ou irreversíveis.

---

<sup>4</sup> O conceito de residência de base pode-se definir como lugar o conjunto de lugares a partir do qual ( dos quais) os deslocamentos têm uma probabilidade de retorno más elevada, qualquer seja sua duração da permanência em outro lugar.

A partir desses conceitos foi possível propor um esquema das diferentes formas de mobilidade que afetam as dinâmicas da faixa de fronteira. Essa tipologia gera nove formas diferentes de mobilidades (ver TAB.2).

Entre as formas de mobilidade espacial relacionadas com os fluxos reversíveis aparecem na Tabela 3:

1) Nos fluxos *reversíveis* podem-se identificar dois grandes grupos: a) os que têm o espaço de vida como referência que seriam os reversíveis esporádicos; b) Os que referem a mobilidade a residência de base sendo reversíveis de longa duração.

a) Entre os fluxos relacionados a o *espaço de vida* pode-se identificar os pendulares. Segundo a literatura esses fluxos correspondem a deslocamentos diários entre o lugar de trabalho o estudo, porém com essa definição seriam desconsiderados os deslocamentos que acontecem em períodos maiores e com objetivos distintos como ser a procura por serviços vários e comércio. Nas últimas décadas os deslocamentos por *motivos de estudo* ao longo da fronteira tem-se modificado muito sobre tudo em relação aos níveis de estudo mais baixos. Alunos paraguaios cruzam diariamente a fronteira para assistir as escolas primárias ou secundárias em povoados pequenos do lado brasileiro. Em tanto que estudantes universitários brasileiros cruzam para Paraguai cursar estudos universitários a em aquelas cidades nas que funciona alguma universidade (seja publica ou particular).

Os grupos de trabalhadores binacionais se deslocam diariamente ou por curtos períodos de tempo para trabalhar na construção, no serviço doméstico, nos mercados e outros serviços (Castillo, 2009).

Por último, segundo Palau (1993) existe uma tradição de *consumo de bens* transfronteiriços ao longo da fronteira em função das condições de preços o fluxo vai se orientar para um lado ou outro da fronteira.

b) Os *fluxos reversíveis de longa duração* estão relacionados com uma residência de base ou lugar a partir do qual o deslocamento tem uma probabilidade de retorno elevada. Na faixa de fronteira podem-se distinguir três tipos de deslocamentos nesta categoria. Em primeiro lugar os migrantes temporários constituídos por os trabalhadores de arrendatários brasileiros que se deslocam por períodos de mais longa duração e distância só para atividades de colheitas ou outras mais específicas que requerem uma formação técnica maior. Um segundo grupo desta categoria são os

migrantes circulares, os que respondem a deslocamentos repetidos entre diferentes lugares de residência. Esse é um caso claro de dupla residência para uso de serviços, prática muito comum entre os denominados “brasiguaios”, recentemente adotadas pelos paraguaios. Por último os migrantes estacionais, representados pelos assalariados agrícolas que combinam diversas atividades de trabalho de acordo com as oportunidades de demanda sazonais de trabalho. Este tipo de fluxo se dá para ambos os lados da fronteira, caracterizando os brasileiros com um melhor nível de educação e por tanto capazes de conseguir trabalhos melhor remunerados comparado a seus pares paraguaios no Brasil.

2) Nos *fluxos irreversíveis* podem-se novamente dois grandes grupos ambos relacionados com o conceito de residência:

a) por um lado estão os fluxos *irreversíveis provocados*, onde pode-se identificar novamente dois grandes grupos, i) os deslocados ambientais, maiormente ligados aos camponeses expropriados e deslocados pela usina de Itaipú. PALAU & HEIKEL (1987) estimam que 42 mil pessoas as desapropriadas (e indenizadas) no total. Conforme só um 20% dos deslocados retornaram a seus lugares de origem. O excedente queda condicionado ao mercado de trabalho regional, articulando novos fluxos de curta e meia distância, ii) os deslocados pelos mercados. O desenvolvimento e a modernização do setor agrícola do final da década de 80 e início dos 90 puxa pequenos camponeses brasileiros e paraguaios (instalados no Paraguai) a venderem suas terras e migrar para outras áreas rurais, mais no interior do país, ou para periferias urbanas.

b) por outro lado se identificam os *fluxos irreversíveis voluntários* ou mudança definitiva de residência, entre os que distinguimos: i) a mobilidade individual ou mudança de residência e espaço de vida, caracterizado pelo novo fluxo de comerciantes brasileiros ou prestadores de serviços que mudam de residência e às vezes até de atividade. Esses fluxos se intensificam a partir da década de 90, com a modernização da agricultura. ii) e por último a mobilidade familiar ou de grupo muito relacionada no caso da fronteira a os migrantes de retornos, mais especificamente as famílias camponesas brasileiras, que no final da década de 80 início dos 90, período de recessão econômica, deixam o sistema de arrendamento de terras e voltam para o Brasil.

**TABELA 2:**

**Tipologia da mobilidade identificada na faixa de fronteira Paraguai Brasil**

<b>FLUXOS REVERSÍVEIS</b>	ESPAÇO DE VIDA	REVERSÍVEIS ESPORÁDICOS	Pendulares (ou commuters),	Consumo de bens e serviços (paraguaios e brasileiros)
				Estudantes binacionais (Brasileiros para o nível superior, e paraguaios para primário e secundários)
	RESIDÊNCIA DE BASE	REVERSÍVEIS DE LONGA DURAÇÃO	Migrantes temporários	Arrendatários brasileiros
			Circulares	Brasiguaios e paraguaios no Brasil
Migrantes estacionais			Assalariados Agrícolas no Brasil e no Paraguai	
<b>FLUXOS IRREVERSÍVEIS</b>	RESIDÊNCIA	IRREVERSÍVEIS PROVOCADOS	Deslocados ambientais	Camponeses expropriados e deslocados pela usina de Itaipú
			Deslocados do Mercado	Pequenos camponeses paraguaios e brasileiros, pauperizados pela conformação de mercados agrícolas, vendem suas terras e migram para outras áreas rurais ou para as periferias urbanas
		IRREVERSÍVEIS VOLUNTÁRIOS	Mobilidade individual ou mudança de espaço de vida	Comerciantes do setor formal
			Mobilidade espacial de grupo familiar.	Famílias decamponeses arrendatários brasileiros au término do contratos
			Tranfers ou en transito	Viajantes diários ambulantes ou trabalhadores da construção

Fonte teórica básica: Courgeau (1988), Domenach e Picouet (1990). Elaboração própria

**Comentários finais:**

Assiste-se a uma intensa recomposição dos territórios e suas lógicas, o que nos leva a questionar qual a influência dessa recomposição territorial na migração ou mobilidade e vice-versa. É relevante que mesmo se os padrões clássicos de migração não têm desaparecido, parece existir um consenso a respeito das suas mudanças na últimas duas décadas. Apreendemos assim que o conceito de mobilidade das fronteiras parece necessário para apreender os diferentes processos sociais que estão se configurando no cenário fronteiriço entre Paraguai e o Brasil.

A faixa de fronteira existente entre o Paraguai e o Brasil é muito dinâmica. Nos últimos vinte anos experimentou um processo de modernização ligado a expansão da fronteira agrícola brasileira sobre o Paraguai e, o desenvolvimento da agroindústria e os serviços que a sustentam. Esses fatos têm transformado o mercado de trabalho na região, o qual foi o resultado, entre outras causas, da penetração de relações econômicas. Em tais circunstâncias se acrescenta a mobilidade tanto interna como internacional. Parece correto dizer que os padrões de migração têm se transformado nesta fronteira é mesmo no que poderíamos chamar de áreas de influencia nos últimos 20 anos.

Isso encontra uma explicação no fato de que o aumento dos fluxos transfronteiriços têm imposto um maior ritmo de crescimento das cidades de fronteira. Todo isto unido a uma nova infra-estrutura pública e meios de transporte têm dado como resultado a aparição de novas figuras da mobilidade: por exemplo, a do consumidor binacional ou o estudante transfronteiriço. Estes deslocamentos tomaram primazia sobre os tradicionais fluxos rural - rural, rural o que nos leva a perguntarmos se e possível pensar o espaço fronteiriço como um espaço intermediário para a migração. Uma diferença marcante entre a mobilidade em outras fronteiras melhor estudadas, como a de México-USA e que a que separa Brasil do Paraguai se caracteriza por ser sul-sul e não sul-norte, o que corrobora que não são apenas os diferenciais em oportunidades econômicas ou a assimetria das dinâmicas os que levam a uma pessoa num de um lado a outro da fronteira. O papel das redes transfronteiriças aparece como essencial, com características próprias dificultam e/ou facilitam a dinâmica desses fluxos de pessoas.

A partir destas reflexões será possível pensar na existência de um “espaço binacional” (de convivência e identidade)? Em contra partida a fronteira Paraguai-Brasil parece impulsionar uma porcentagem maior do fluxo de paraguaios para o Brasil, fato que ao parecer poderia estar relacionado com as redes de atravessadores. Seria possível afirmar que a partir das redes o espaço estaria articulado em todos os níveis? É importante mencionar que os brasileiros gerenciam a partir do idioma primeiramente, do poder econômico, social e político determinados fluxos de caráter temporário como ser os migrantes temporários, pendulares e estacionais para trabalhar nos campos. Isso seria um indicio importante da existência de uma associação entre o “espaço binacional” e a formação/ estrutura dos deslocamentos populacionais nessa fronteira. Mas a esta altura nos vemos obrigados a terminar essa reflexão com uma questão a ser atacada futuramente: e o que se passa com os paraguaios do outro lado da fronteira?

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.**

ALBUQUERQUE, J. L. C. Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai. Fortaleza. 2005. 274 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

ALBUQUERQUE, J. L., As dinâmicas das fronteiras. Os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Editora ANNABLUME, São Paulo. 2010.

BAENINGER, R.; PATARRA, N., Mobilidade Espacial da População no MERCOSUL: Metrópoles e Fronteira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS - São Paulo, v. 14, p.45-78, 2005.

BILSBORROW, Richard E. The state the art the chapters. In: BILSBORROW, Richard E Migration, Urbanization end Development: New Directions and Issues. New York: UNFPA, January. 1996.

CARVALHO, J.A.M. de. & RIGOTTI, J.I.R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v. 15, n.2, 1999.

CASTILLO, M., Dinámica espacial de la población y dinamicas territoriales en centros poblados fronterizos. Distrito Carmelo Peralta – Alto Paraguay, Chaco-Paraguay”, relatório apresentado para o COMITÉ INTERSTITUCIONAL DE POBLACIÓN, en el marco de las investigaciones sócio-demográficas de ciudades fronterizas paraguayas, Asunción, 2009.

CHAPMAN, M.; PROTHERO, R. M., Themes on circulation in the third world. In: PROTHERO, R.M.; CHAPMAN, M. Circulation in third world countries. Boston: Routledge and Kegan Paul, 1985. p. 1-26.

COURGEAU, D. Méthodes de mesure de la mobilité spatiale : Migrations internes, mobilité temporaire, navettes. Paris, Éditions de L’Institut National d’Études Démographiques. 1988.

COURGEAU, D. Nuevos enfoques para medir la movilidad espacial interna de la población. Notas de Población. Santiago de Chile: Centro Latinoamericano de Demografia, vol. 18, n° 50, p. 55-74, ago. Santiago, Chile, CELADE. 1990.

DOMENACH, H. De la « Migratologie »... Revué Européenne des Migrations internationales. Vol 12, n. 2, 1996.

DOMENACH, H., PICOUET, M., “El carácter de reversibilidad en el estudio de la migración”, Notas de Población, 49. Santiago: CELADE, 1990.

GRIMSON, A. (comp.). Fronteras, naciones e identidades: La periferia como centro. Buenos Aires: Ciccus-la curjia, Buenos Aires, 2000.

IUSSP-CELADE. Diccionario Demográfico Multilingüe, Lieja, Bélgica, 1985

LATTES, A. E. Acerca de los patrones recientes de movilidad territorial de la población en el mundo. Buenos Aires: Centro de Estudios de Población, 1983. (Cuaderno del CENEP, 27).  
Disponível em: <http://201.231.155.7/wwwisis/bv/cuadernos%20cenep/CUAD%2027.pdf>.  
Acesso em: 23 de jul. de 2010.

MACHADO, L O., Estado, territorialidad, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In Continente em chamas, Maria Laura Silveira (org.). Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 2005.

MARQUES, D., Circularidade na fronteira do Paraguai e Brasil: o estudo de caso dos "brasiguaios", tese de doutorado em Demografia, CEDEPLAR, UFMG, BELO HORIZONTE, 2009.

OBERAI, A. S., BILSBORROW, R., Theoretical Perspective on Migration. En: Bilsborrow, R. et.al, Migration surveys in low income countries: guidelines for survey

OLIVEIRA, T.C.M.,MAX, C.Z, As relações de troca em região de fronteira: uma proposta metodológica sob a ótica convencionalista, Geosul, Florianópolis, v. 24, n. 47, p 7-27, jan./jun. 2009

PALAU, T. Migração transfronteiriça entre Brasil e Paraguai: o caso dos brasiguaios. In: PATARRA, Neide Lopes. Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. Campinas: FNUAP, 1995 a. p. 200-207.

-----, Modificación de patrones migratorios y movilidad transfronteriza en el Paraguay, Taller “Nuevas modalidades y tendencias de la Migración Internacional: los movimientos migratorios entre países fronterizos y los procesos de integración”. Programa de Población de la Fac. de Ciencias Sociales, Universidad de la República. Montevideo, 27-29 de octubre de 1993.

-----, Los campesinos: el estado y las empresas en la frontera agrícola. Asunción: BASE/PISPSL, 1987.

PALAU, Tomás & HEIKEL, María Victoria, Desplazamientos espaciales temporales de la fuerza de trabajo en las fronteras agrícolas: el caso del Alto Paraná, Paraguay. In:

PATARRA, Neide Lopes. Movimentos migratórios no Brasil: tempo e espaços. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Textos para discussão n.7. 50p. 2003.

PEBAYLE, R., Les Brésilguayens, migrants brésiliens au Paraguay. In: Revue européenne de migrations internationales. Vol. 10 N°2. . pp. 73-86. IN: [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/remi\\_07650752\\_1994\\_num\\_10\\_2\\_1408](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/remi_07650752_1994_num_10_2_1408) Consultado el 28 décembre 2010

PICOUET, M. Las migraciones entre países fronterizos: reflexiones "cursivas" sobre el enfoque metodológico. In: PELLEGRINO, A. (Comp.). Migración e integración: nuevas formas de movilidad de la población. Montevideo: Ediciones Trilce, 1995.

PINTO DA CUNHA, J. M., SOUCHAUD, S., BAENINGER, R., do CARMO, R. L., Espaços migratórios e problemática ambiental no MERCOSUL, Notas de pesquisa, R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 23, n. 1, p. 191-193, jan./jun. 2006.

SALIM, A. C. A questão dos brasiguaios e o MERCOSUL. In: PATARRA, Neide Lopes. Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. Campinas: FNUAP, 1995. p.144-159.

SOUCHAUD, S., Geografía de la migración brasileña en Paraguay, Asunción, UNFPA - ADEPO (<http://hal.ird.fr/ird-00323354/fr/>), 382 p. (2007)

SOUCHAUD, S.; BAENINGER, R., (2007) Vínculos entre a migração internacional e a migração interna: o caso dos bolivianos no Brasil, in Taller Nacional sobre «Migración interna y desarrollo en Brasil: diagnóstico, perspectivas y políticas», Brasília, 35 p. CELADE.

SOUCHAUD, S.; CARMO, R. L. Migração e mobilidade no Mercosul: a fronteira do Brasil com Bolivia e Paraguai. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, 2006, Caxambu. Anais... Caxambu: ABEP, 2006. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_702.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_702.pdf)>. Acesso em: 09 abril. 2010.

SOUCHAUD, S., VÁZQUEZ, F., Modalidades del poblamiento actual en el Paraguay: lo que nos enseña la pequeña ciudad de Curuguaty, XII ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, "Caminando en una América Latina en transformación" 3 al 7 de abril de 2009, Universidad de la República, Montevideo, Uruguay.

SPRANDEL, MARCIA ANITA, Brasileiros na fronteira com o Paraguai, ESTUDOS AVANÇADOS 20 (57), 2006

STANDING, Guy. Conceptualising territorial mobility. En: Bilsborrow, R. et.al, Migration surveys in low income countries: guidelines for survey and questionnaire design, pp.31-59. London: Croom Helm, 1984.

WAGNER, C. Brasiguaios: homens sem pátria. Petrópolis: Vozes, 1992.

ZAAR, M. H. A migração rural no oeste paranaense/Brasil: a trajetória dos “brasiguaios”. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 94, n. 88, 2001. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-94-88.htm>>. Acesso em: 30 out. 2010